

Demonstrações Contábeis 2016



Índice

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	03
Balancos Patrimoniais	03
Demonstração do resultado	05
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	06
Demonstração do valor adicionado	07
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	08
Demonstração de resultados abrangentes	09
Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	26
ADMINISTRAÇÃO	27



Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

ATIVO	NOTA	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	652	-
Recebíveis de ativos financeiros	5	-	162
Aplicações financeiras vinculadas	6	6	7
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	8(a)	204	454
Tributos antecipados		199	106
Demais ativos circulantes		12	14
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.073	743
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		2	3
Imobilizado	7	2.040	2.157
Estoque de sobressalentes		47	48
Total do Imobilizado		2.087	2.205
Intangível – softwares		9	9
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.098	2.217
TOTAL DO ATIVO		3.171	2.960

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2016	2015
CIRCULANTE			
Fornecedores		45	25
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10	351	154
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	8(a)	325	69
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	8(b)	-	6
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	9	66	77
Dividendo	11(c)	424	134
Outras contas a pagar		73	86
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.284	551
NÃO CIRCULANTE			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	8(a)	903	1.380
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	8(b)	84	368
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	9	56	146
Obrigações atuariais	20	53	29
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10(a)	132	50
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.228	1.973
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		203	203
Reservas de lucros		41	41
Ajustes de avaliação patrimonial		(8)	5
Dividendo adicional proposto		423	187
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		659	436
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.171	2.960

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (NOTA 12)	<u>1.476</u>	<u>1.472</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais (Nota 7)	(169)	(162)
Custo de operação e manutenção (Nota 13)	<u>(159)</u>	<u>(145)</u>
TOTAL DO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(328)</u>	<u>(307)</u>
LUCRO BRUTO	<u>1.148</u>	<u>1.165</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 14)	(88)	(85)
Recuperação judicial de tributos	<u>-</u>	<u>10</u>
LUCRO OPERACIONAL	<u>1.060</u>	<u>1.090</u>
Despesas financeiras (Nota 15)	(123)	(154)
Receitas financeiras (Nota 6)	69	42
Variação cambial de passivos (Nota 16)	<u>277</u>	<u>(573)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS	<u>223</u>	<u>(685)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>1.283</u>	<u>405</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)	<u>(436)</u>	<u>(138)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>847</u>	<u>267</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	847	267
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E O CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação do gasoduto (Nota 7)	167	160
Depreciação de outros itens	7	7
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, não realizados	(149)	713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83	(13)
Variações em ativos e passivos		
Redução (aumento) de contas a receber	250	(349)
Redução dos adiantamentos recebidos da Petrobras	(67)	(57)
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	197	(47)
Redução (aumento) nos demais ativos	67	(106)
Aumento de fornecedores e demais passivos circulantes	292	137
	<u>847</u>	<u>445</u>
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	<u>1.694</u>	<u>712</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(56)	(48)
Pagamento de juros aos demais acionistas	(54)	(47)
Pagamento de juros sobre dividendos	(15)	(50)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(8)	(10)
RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>1.561</u>	<u>557</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização do principal da dívida subordinada da Logigás	(234)	-
Amortização do principal da dívida subordinada aos demais acionistas	(225)	-
Dividendos pagos	(321)	(430)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(72)	(66)
RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(852)</u>	<u>(496)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao imobilizado	(57)	(61)
RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(57)</u>	<u>(61)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>652</u>	<u>-</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	<u>-</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>652</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS		
Serviços de transportes	1.860	1.757
Outras receitas	<u>4</u>	<u>4</u>
	<u>1.864</u>	<u>1.761</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(84)	(76)
Materiais, energia, serviços e outros	<u>(28)</u>	<u>(28)</u>
	<u>(112)</u>	<u>(104)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.752</u>	<u>1.657</u>
RETENÇÕES		
Depreciação do gasoduto	(167)	(160)
Depreciação de outros itens	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>
	<u>(174)</u>	<u>(167)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>1.578</u>	<u>1.490</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Ganho com variação cambial de passivos	277	-
Receitas financeiras	<u>69</u>	<u>42</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.924</u>	<u>1.532</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	131	121
Impostos e contribuições	823	418
Despesas financeiras	123	726
Lucro líquido do exercício	<u>847</u>	<u>267</u>
	<u>1.924</u>	<u>1.532</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	TOTAL
		Legal	Especial	Outros resultados abrangentes			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	203	41	54	6	298	-	602
Autorização da AGO 29/04/15 para pagamento	-	-	-	-	(298)	-	(298)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	267	267
Realização de reservas	-	-	(54)	-	54	-	-
Reavaliação atuarial	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 11 (c))	-	-	-	-	-	(134)	(134)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	133	(133)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	203	41	-	5	187	-	436
Autorização da AGO 28/04/16 para pagamento	-	-	-	-	(187)	-	(187)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	847	847
Reavaliação atuarial	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 11 (c))	-	-	-	-	-	(424)	(424)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	423	(423)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	203	41	-	(8)	423	-	659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
LUCRO LÍQUIDO	847	267
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Perdas atuariais – Plano de Pensão AMS	<u>(13)</u>	<u>(1)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>834</u>	<u>266</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. ("TBG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997, que tem a Petrobras Logística de Gás S.A. – LOGIGÁS como sua acionista controladora desde 10 de dezembro de 2015. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro – RJ e uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas – SP.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, de sua propriedade, em território brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra óptica, que também estão contempladas no objeto social da Companhia.

Proprietária e operadora do Gasoduto Bolívia-Brasil, em território brasileiro, a TBG dispõe de capacidade instalada para transportar ininterruptamente até 30,08 milhões de metros cúbicos por dia, ao longo de 2.593 quilômetros de dutos. O trajeto do empreendimento, que passa por 136 municípios, tem início em Corumbá (MS), se estende pelos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e termina em Canoas, no Rio Grande do Sul.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000.

Os recursos financeiros para a construção do gasoduto advêm de empréstimos subordinados dos acionistas (Nota 8 (b)) e de financiamentos de agências de crédito (Nota 9).

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

- (i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) – para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019.
- (ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) – para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.
- (iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) – para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.
- (iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade – CPAC 2007 – para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

Os Contratos ora vigentes estão estabelecidos com o cliente Petrobras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

2.3 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

2.4 Receitas financeiras

As receitas financeiras incluem os rendimentos, encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

2.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos, pelo menos, a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é avaliado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

2.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Com base nas projeções, do modelo econômico da Companhia, não foi identificada necessidade de provisões para perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*).

2.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

2.11 Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido no final do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

2.13 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas adotadas no Brasil.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (Nota 7).

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 17).

(c) Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições na forma contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações financeiras de curto prazo	652	-
	<u>652</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 103% do CDI no exercício.

5 RECEBÍVEIS DE ATIVOS FINANCEIROS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FIDC	-	162
	<u>-</u>	<u>162</u>

Representado por recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é um fundo exclusivo do Sistema Petrobras, cuja carteira é composta, principalmente, de direitos creditórios relativos à cessão de fluxos futuros de recebíveis que não podem ser negociados antecipadamente. Esses recursos, tratados como recebíveis de ativos financeiros, são classificados como empréstimos e recebíveis. Em janeiro de 2016 foram resgatadas todas as quotas.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Vinculados ao serviço da dívida	6	7
	<u>6</u>	<u>7</u>

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. para garantir o pagamento do serviço da dívida de curto prazo em moeda estrangeira. Em 2016 apresentou rentabilidade de 12,7% equivalente a 96% do CDI.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2016	2015
Receita nas aplicações do fundo FIDC (Nota 5)	-	23
Receita nas aplicações de renda fixa	68	4
Operações a termo	1	-
Receita de juros sobre tributos recuperados	-	15
	<u>69</u>	<u>42</u>

7 IMOBILIZADO

	Tempo estimado de vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.416	(2.440)	1.976	2.122
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	11	(6)	5	5
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	5	(4)	1	1
Máquinas e equipamentos operacionais	10	21	(19)	2	3
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	13	(10)	3	3
Equipamentos e instalações de comunicação	5	6	(5)	1	1
Imobilizado em andamento (ii)		52	-	52	22
		<u>4.524</u>	<u>(2.484)</u>	<u>2.040</u>	<u>2.157</u>

- (i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.
- (ii) O imobilizado em andamento inclui melhorias operacionais no gasoduto.

	Gasoduto Bolívia-Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis instalações e outros bens	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.224	20	3	14	2.261
Adições	-	61	-	-	61
Transferências	58	(59)	2	(2)	(1)
Depreciação	(160)	-	(2)	(2)	(164)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.122	22	3	10	2.157
Adições	-	56	-	-	56
Transferências	21	(26)	2	1	(2)
Depreciação	(167)	-	(2)	(2)	(171)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.976</u>	<u>52</u>	<u>3</u>	<u>9</u>	<u>2.040</u>

8 PARTES RELACIONADAS

(a) Sistema Petrobras

	2016			2015		
	Petrobras	Logigás	TOTAL	Petrobras	Logigás	TOTAL
Ativo circulante						
Contas a receber	204	-	204	119	1	120
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	-	-	-	334	-	334
	<u>204</u>	<u>-</u>	<u>204</u>	<u>453</u>	<u>1</u>	<u>454</u>
Passivo circulante						
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	271	-	271	-	-	-
Adiantamentos de clientes (ii)	54	-	54	63	-	63
Empréstimos subordinados (Nota 8(b))	-	-	-	-	6	6
Juros sobre dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-
	<u>325</u>	<u>-</u>	<u>325</u>	<u>63</u>	<u>6</u>	<u>69</u>

Passivo não circulante

Adiantamentos de clientes (ii)	816	-	816	997	-	997
Empréstimos subordinados (Nota 8(b))	-	87	87	-	383	383
	816	87	903	997	383	1.380

Resultado do exercício:

Receita bruta de serviços prestados (Nota 12)	1.864	-	1.864	1.761	-	1.761
Despesas financeiras (Nota 15)	-	(58)	(58)	-	(69)	(69)
Variações cambiais (Nota 16)	122	62	184	(245)	(123)	(368)

(i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, que será compensado na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2016 foi apurado o montante de R\$ 271 a ser devolvido, via redução da tarifa, no ano de 2017 (em 2015 foi apurado o montante de R\$ 334, recuperado em 2016 via aumento de tarifa).

(ii) Adiantamentos de clientes

• Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado conforme a prestação de serviços de transporte pelo período de 40 anos, desde 2001.

Inclui o pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, desde outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados conforme a prestação de serviço de transporte, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

(b) Operações com acionistas

Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos aportados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. Em 2016 foi autorizado pelos detentores das dívidas sênior a amortização de US\$ 140 milhões dos empréstimos subordinados, resultando um saldo remanescente de US\$ 52 milhões.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, incluindo o principal integralmente no longo prazo e os juros integralmente no curto prazo, são:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo circulante		
Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 8 (a))	-	6
BBPP Holdings Ltda.	-	3
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	-	2
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	-	1
Total dos demais acionistas	-	6

Passivo não circulante

Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 8 (a))	87	383
BBPP Holdings Ltda.	50	218
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	20	90
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	14	60
Total dos demais acionistas	84	368

As despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados foram:

	2016	2015
Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 8 (a))	50	50
BBPP Holdings Ltda.	29	28
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	12	12
GTB – TBG Holdings S.À. R. L.	8	8
Total dos demais acionistas	49	48

(c) Remuneração de pessoal (em reais)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da TBG relativas ao mês de dezembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	2016	2015
Remuneração por empregado		
Maior remuneração	55.341,03	45.301,06
Remuneração média	19.137,92	17.346,35
Menor remuneração	5.512,51	5.101,57
Remuneração de dirigente (maior)	67.537,04	73.570,82

9 FINANCIAMENTOS DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja Nota 18(b) – Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998 foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2016	2015
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	92	166
Banco Europeu de Investimento (BEI)	30	57
	122	223
(-) Passivo circulante	(66)	(77)
Passivo não circulante	56	146

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo dos financiamentos de agências multilaterais de crédito:

	2016	2015
2017	-	79
2018	56	67
	56	146

Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos até o vencimento

	2016	2015
6 meses ou menos	35	43
6 a 12 meses	35	42
1-2 anos	58	84
2-5 anos	-	69
	<u>128</u>	<u>238</u>

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal do Brasil (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo *IADB rate* do BID), que em 31 de dezembro de 2016 foi de 2,08%, mais *spread* de 1,15% a.a. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001 e o vencimento da última parcela será em 15 de dezembro de 2018.

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (*EIB internal rate*), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela será em 15 de junho de 2018.

Os contratos apresentam as seguintes cláusulas restritivas (*covenant*):

(i) O Mutuário não poderá, sem autorização prévia do Banco, assumir novas obrigações financeiras distintas das contempladas no esquema de financiamento para a execução do projeto e cujos prazos de vencimento sejam maiores de um ano, se como consequência desse novo endividamento a relação entre a geração interna de recursos e os serviços de suas dívidas, compreendendo o pagamento do principal, juros, comissões e outros encargos, for inferior a 1,5 vezes;

(ii) O Mutuário se compromete a adotar as medidas necessárias para que a relação entre a dívida privilegiada (*senior debt*) de longo prazo (excluída a porção dessa dívida com vencimento no ano em curso), e a soma do patrimônio líquido com o passivo total não seja superior a 67%.

Para os anos de 2016 e 2015, a Companhia cumpriu com essas obrigações.

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem

	2016	2015
Passivo:		
Depreciação fiscal do gasoduto	280	187
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	43	102
Provisão para devolução de tarifa	(92)	-
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(79)	(228)
Outras exclusões temporárias	<u>(19)</u>	<u>(13)</u>
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	<u>133</u>	<u>48</u>
IRPJ e CSLL diferidos em outros resultados abrangentes	<u>(1)</u>	<u>2</u>
	<u>132</u>	<u>50</u>

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação dos empregados	1.283	405
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(436)	(138)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	<u>(436)</u>	<u>(138)</u>
Corrente	(351)	(154)
Diferido	(85)	16

(c) Provisão para imposto de renda e contribuição social

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	436	138
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	(149)	195
Provisões temporárias	98	(7)
Depreciação fiscal do gasoduto	(93)	(93)
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	59	(79)
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	<u>(351)</u>	<u>(154)</u>

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% - YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.; e
- 8% - GTB - TBG Holdings S.À. R. L..

(b) Reservas de lucros

- Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal nos anos de 2016 e 2015, em decorrência dessa reserva ter atingido o seu limite máximo.

- Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia. O artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações estipula que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendo. Em 2015 foram transferidos R\$ 54 da reserva de lucro especial para dividendos propostos, liquidando integralmente o saldo desta reserva.

(c) Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido, que em 2016 é de R\$ 424. A proposta de dividendos adicionais encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 423, composta pela destinação remanescente do lucro do exercício, registrados no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	847	267
Transferência da reserva especial	-	54
Dividendos propostos	<u>847</u>	<u>321</u>
Sendo:		
Dividendo a pagar – passivo circulante	424	134
Dividendo adicional proposto – patrimônio líquido	423	187
Dividendo a pagar passivo circulante – R\$ por ação	2,08	0,66
Dividendo adicional proposto patrimônio líquido – R\$ por ação	2,08	0,92

12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de serviços prestados (Nota 8 (a))	1.864	1.761
Tributos incidentes sobre faturamento	(388)	(289)
Receita operacional líquida	<u>1.476</u>	<u>1.472</u>

13 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	75	69
Manutenção, conserto e reparo	30	24
Aluguel	15	15
Consumo de material	9	8
Utilização de sistemas de comunicação	2	2
Serviço de apoio operacional e outros	20	16
Despesas de viagens	2	2
Consumo de energia	6	9
	<u>159</u>	<u>145</u>

14 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	57	51
Honorários da diretoria e do conselho de administração	5	4
Despesas com imóveis	6	6
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	1	5
Despesas com serviços contratados	12	11
Despesas de viagens	1	1
Despesas de comunicação e gerais	6	7
	<u>88</u>	<u>85</u>

15 DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Fornecedores	1	1
Empréstimos e financiamentos	8	9
Operações a termo	-	9
Empresas do Sistema Petrobras (nota 8 (a))	58	69
Empréstimo subordinado – demais acionistas	49	48
Juros sobre dividendos – demais acionistas	7	18
	123	154

16 VARIAÇÃO CAMBIAL DE PASSIVOS

	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	(33)	87
Empresas do Sistema Petrobras (nota 8 (a))	(184)	368
Empréstimo subordinado – demais acionistas	(60)	118
	(277)	573

17 CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Alguns processos foram classificados como sendo de risco de perda possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

Contingências passivas

- Uma empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade, pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 204. Por outro lado a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 137.
- Pleito de indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG, atualizado, é de R\$ 88.
- Pleito de ressarcimento, no valor de R\$ 22, por supostos prejuízos e custos adicionais decorrentes do contrato de prestação de serviços para a construção da ECOMP de Capão Bonito, SP.
- Pleitos de sindicatos para alterações de cálculos e pagamentos de salários e benefícios. Valor de exposição da TBG é de R\$ 21.
- A TBG consta como pólo passivo de diversas ações trabalhistas, na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 5.
- A TBG está contestando a cobrança de contribuições previdenciárias decorrentes de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 3.

Contingências ativas não contabilizadas

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou em agosto de 2008 Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 28 de outubro de 2016 foi publicada decisão sobre o sobrestamento do Mandado de Segurança até o pronunciamento definitivo do STF no recurso extraordinário nº 574.706/PR, interposto pela União Federal, face a existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos do Mandado de Segurança.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	NOTAS	2016	2015
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	652	162
Aplicações financeiras vinculadas	6	6	7
Contas a receber	8(a)	204	453
Passivos			
Fornecedores		46	25
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	8(a)	1.228	1.449
Empréstimos e financiamentos	9	122	223

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Banco do Brasil S.A. e os Recebíveis de ativos financeiros (Notas 4 e 5) da Petrobras, o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito em relação ao único cliente, Petrobras, que nos dezessete anos de operação da Companhia sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

(b) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas 8 e 9.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2016 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, no montante de R\$ 293 (R\$ 987 em 2015).

Os adiantamentos recebidos da Petrobras e da Logigás (Nota 8) cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 870 (R\$ 1.060 em 2015), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	CENÁRIOS		
	Provável (saldo)	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	293	73	146

Conforme mencionado na Nota 8(i), as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

(c) Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período

remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016			
Fornecedores e outras obrigações	45	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	351	167	201
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	13	96	-
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	66	56	-
	475	319	201
Em 31 de dezembro de 2015			
Fornecedores e outras obrigações	25	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	120	120	622
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	118	118	607
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	87	87	87
	350	325	1.316

(d) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

	2016	2015
Total com taxas fixas	631	821
Total com taxas variáveis	92	166
	723	987

(e) Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de recebíveis de ativos financeiros, empréstimos e recebíveis, financiamentos, fornecedores e contas a pagar a empresas do Sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

19 COBERTURA DE SEGURO (não auditado)

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhões de dólares norte-americanos:

	US\$ MILHÕES	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Riscos segurados		
Danos materiais	11.291	180
Perda de receita bruta	134	134
Responsabilidade civil	250	250

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

20 OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

	2016	2015
Plano de previdência complementar	13	2
Plano de saúde – AMS	40	27
	53	29

Previdência complementar

Todos os empregados da Companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 43 anos.

Plano de saúde AMS – benefício pós-emprego

A partir de 2014 os empregados da Companhia migraram para o plano de saúde AMS – Assistência Multidisciplinar de Saúde, mantido pela Petrobras.

O plano é administrado pela própria companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal predefinida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nas custos incorridos pelas participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 29 anos.

Movimentação das Obrigações Atuariais:

	2016			2015		
	Petros 2	AMS	TOTAL	Petros 2	AMS	TOTAL
Valor presente das obrigações	18	40	58	6	27	33
(-) Valor justo dos ativos do plano	(5)	-	(5)	(4)	-	(4)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	13	40	53	2	27	29
Obrigação atuarial no início do exercício	2	27	29	7	16	23
Custos reconhecidos no resultado	1	7	8	3	5	8
Outros resultados abrangentes – ORA	10	6	16	(8)	6	(2)
Obrigação atuarial no final do exercício	13	40	53	2	27	29
Remensurações atuariais:						
Perdas (ganhos)/experiência	15	(1)	14	(2)	-	(2)
Perdas (ganhos)/hipóteses demográficas	(1)	(1)	(2)	(2)	-	(2)
Perdas (ganhos)/hipóteses financeiras	(4)	8	4	(4)	6	2
Total de remensurações, registradas em ORA	10	6	16	(8)	6	(2)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (a “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 8 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Christiano Augusto Beleze dos Santos

Contador CRC 1SP219266/O-7 "S" RJ

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório da Administração 2016 e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da PricewaterhouseCoopers, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2016, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da empresa propõe a distribuição de dividendos no valor R\$ 846.782.608,02 (oitocentos e quarenta e seis milhões, setecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oito reais e dois centavos) provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2016. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 423.391.304,01 (quatrocentos e vinte e três milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro reais e um centavo), correspondente à 50% do lucro líquido (art. 27, II do Estatuto Social da TBG). Além disso, a Administração da empresa está propondo a Assembleia Geral Ordinária, o dividendo adicional de R\$ 423.391.304,01 (quatrocentos e vinte e três milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro reais e um centavo), remanescente do lucro do exercício.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

Solange Arantes Dornela

Júlio César Gonçalves Corrêa

Eduardo Poggi da Rocha

Administração

Rogério Santana da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Iran Brigatto Medeiros

Conselheiro

Angélica Garcia Cobas Laureano

Conselheira

Marcel Takeshi Abe

Conselheiro

Cleyton Domingues de Moura

Conselheiro

Carla Maria Silva Cohen

Conselheira

Julio Cesar de Abreu

Conselheiro

Carlos Eduardo Ibañez Rodriguez

Conselheiro

Renato de Andrade Costa

Diretor Superintendente

Marcelo Curto Saavedra

Diretor de Manutenção e Operação

Jorge Roberto Abrahão Hijjar

Diretor Comercial

Jorge Jose Nahas Neto

Diretor Financeiro

Robson Nunes Ribeiro

Gerente de Controladoria

Ricardo Souza de Holanda

Contador CRC-RJ-040722/O-2